

MEMÓRIAS DO EXÍLIO ARGENTINO NO BRASIL¹

Samantha Viz Quadrat
Departamento de História – Universidade Federal Fluminense
samantha.quadrat@gmail.com

Os trabalhos sobre o exílio no Brasil têm dado ênfase às experiências espanhola, portuguesa e italiana da primeira metade do século XX. Nos últimos anos, tem ganhado destaque também a presença de cidadãos do continente africano, que começaram a chegar em meados da década de 1970 e ao longo dos anos passaram a ocupar o maior número de casos no país. Contudo, há outro movimento de exílio que ainda conta com poucos estudos. Trata-se da presença de latino-americanos, especialmente do Cone Sul, que durante as últimas ditaduras civis-militares usaram o país como passagem ou como lugar de permanência. Argentinos, chilenos, paraguaios e uruguaios cruzaram as fronteiras brasileiras por terra ou ar, de forma legal ou não. Não se tem um número exato de quantos cidadãos vieram ou passaram pelo Brasil. Estima-se em milhares de homens e mulheres de todas as idades; crianças; famílias inteiras. Alguns recém-libertados dos centros de torturas e/ou com parentes presos, mortos ou desaparecidos.

Para esse trabalho daremos destaque ao caso argentino. Nesse sentido, podemos identificar duas gerações. A primeira geração, marcada nitidamente por intelectuais, chegou ao país a partir de 1966, com o início da “Revolução Argentina”, liderada pelo general Onganía. Já a segunda geração, formada por pessoas de diferentes idades, níveis sociais e formação profissional e política, começou a chegar antes mesmo do golpe de 24 de março de 1976 em função das ações da Triple A e também das próprias medidas repressivas autorizadas por María Estela Martínez.

A chegada dessa segunda geração ao Brasil corresponde também a um momento especial dentro da ditadura brasileira. Vivia-se no país o início da redemocratização anunciada pelo presidente-general Ernesto Geisel como um processo de abertura “lenta, gradual e segura”. Com isso, havia no Brasil um clima de incerteza política, dos caminhos que iríamos seguir a partir de 1974, visto que não havia uma “agenda” de

¹ O trabalho aqui apresentado faz parte do projeto “O exílio argentino no Brasil ditatorial”, desenvolvido no Núcleo de Estudos Contemporâneos da Universidade Federal Fluminense. O projeto conta com o apoio da FAPERJ e do Fundo Setorial de Infra-Estrutura (CT-INFRA) por intermédio do MCT/CNPq no âmbito do Edital Primeiros Projetos – 2006. Gostaria de agradecer as estagiárias Bianca Rihan (CNPq), Paula Rollo (FAPERJ), Renata Reis (FAPERJ) e Ana Carolina Reginatto Moraes, pela coleta de dados na parte brasileira, e a Livia Gonçalves Magalhães, pelo auxílio na pesquisa na parte argentina.

compromissos para esse processo. Ao mesmo tempo, era notória a alegria e a reorganização política que ocupava novamente as ruas das principais cidades, através das manifestações pela anistia, a favor do retorno dos exilados brasileiros e da libertação dos presos políticos, greves, etc. Os exilados, como sabemos, eram recebidos por centenas de pessoas nos aeroportos de todo o país, saudados como verdadeiros “heróis” davam entrevistas sobre a experiência do exílio, da sensação de estar de volta e dos novos planos. Alguns dos argentinos entrevistados por nós chegaram a ir aos aeroportos, a *viver* a experiência da volta, do retorno do *outro* do exílio. Contudo, se ressentem pela forma oposta como foram recebidos em seu país. Isso tem a ver com o impacto da repressão e a forma como as próprias sociedades estavam dando significado à experiência do exílio naquele momento. No Brasil, a volta do exílio é vista como uma conquista dos grupos envolvidos na campanha da anistia. É uma esperança na reconstrução do país dentro de uma transição à democracia extremamente negociada e pactuada. Já na Argentina, com uma ditadura que entra em colapso e onde as organizações de direitos humanos estimam o número de 30 mil mortos e desaparecidos, tanto a figura do exilado quanto dos sobreviventes dos centros clandestinos de detenção foi vista de maneira negativa. Os “heróis” naquele momento eram o desaparecido e o morto pela ditadura. A sobrevivência era motivo de desconfiança.

A escolha pelo Brasil como terra de exílio despertou ao longo da pesquisa uma questão extremamente importante. Primeiro, porque o país ainda enfrentava uma ditadura. E, em segundo, porque em 1960 o país ratificou a Convenção de 1951, sobre o Estatuto dos Refugiados, com a reserva temporal (reconhecia como refugiados apenas os cidadãos perseguidos na Europa antes de 1951) e geográfica (só reconhecia como refugiados pessoas de origem européia).² Nesse sentido, os latino-americanos que chegavam ao Brasil recebiam o visto de turista por 90 dias e nesse mesmo período o ACNUR deveria se encarregar de buscar outros países dispostos a recebê-los.

Sabiam muito pouco sobre o Brasil, país que para alguns seria apenas um lugar de passagem. Outros pensavam em ficar algum tempo até alcançarem melhores condições econômicas e emocionais para seguirem viagem para outro local.

² No que diz respeito ao estatuto de refugiado o Brasil aprovou a Convenção de 1951 em 1960 e aderiu ao Protocolo de 1967 em 1972. Nesse último documento caía a “reserva temporal”. Com o passar do tempo a definição da origem, apenas européia, foi se transformando tendo o Brasil recebido refugiados da África e da Ásia. No entanto, o fim da “reserva geográfica” só veio mesmo a ocorrer em 1989, com o país já democratizado.

“Eu imaginava que para mim o Brasil seria só uma passagem. Logicamente, o México era o lugar para o qual eu deveria ter ido. Muitos dos meus amigos de Córdoba estavam lá. Cheguei aqui, onde só conhecia um casal de argentinos, com meu passaporte válido por apenas mais dois meses. O passaporte expirou e não consegui outro até a regularização da minha situação no país. Além disso, cheguei com pouquíssimo dinheiro. Quando cheguei ao Brasil, a catástrofe era tão grande... famílias com crianças, sem trabalho e sem recursos. Aos poucos, com muito apoio e solidariedade de argentinos que já estavam aqui e de brasileiros que ia conhecendo, fiquei.”³

Ou como recorda Ângela, que chegou ao Brasil em 1979, “a verdade, em algum momento tinha pensado em ir para a Espanha, mas não era um objetivo. Vir para o Brasil foi muito por acaso. Era perto... Um casal amigo fez a nossa cabeça, pois eles estavam vindo para o Brasil. Eu não conhecia o Brasil. Nunca tinha vindo ao Brasil.”⁴

Apesar de rápida, a decisão de sair nem sempre foi pessoal. Em alguns casos, foi tomada em conjunto com a organização ou pelo casal. Nesse sentido, nem sempre a decisão de sair era unânime. De qualquer maneira, não era uma decisão fácil a ser tomada.

“A decisão de sair já era pensada desde o golpe. Não havia possibilidade de resistência. Foi um massacre. A gente não podia fazer nada. Reagir... Resistir... Nada! Logicamente que sair era uma opção. Minha filha outro dia estava vendo *Kamchatka*. Eu fiquei emocionado. Ai ela me perguntou: ‘Por que vocês não iam embora?’ Se você está fora é o óbvio, mas quando você está dentro não é do mesmo jeito. Como ir embora? É a sua vida, você resiste.”⁵

Não raramente, a decisão de sair veio acompanhada por algum acontecimento específico, pela perda constante de amigos e parentes ou pela certeza de que o cerco estava se fechando após a *queda* de um companheiro que poderia levar a localização de quem já vivia na clandestinidade.

O caso dos psicanalistas é exemplar. Eduardo, que chegou ao Brasil em 1976, nos contou que a decisão de sair veio após a percepção que amigos e companheiros estavam desaparecendo e ele estava perdendo contatos, que eram difíceis de serem restabelecidos em tempos de normas de seguranças rígidas.

³ Entrevista com Mirtha, em 08 de Junho de 2006, no Rio de Janeiro. Mirtha é de Corrientes, estudou psicologia em Córdoba e militava pela FAL.

⁴ Entrevista com Angela, em 29 de Maio de 2006, no Rio de Janeiro. Angela é de Mar del Plata e concluiu seus estudos de arquitetura no Rio de Janeiro.

⁵ Entrevista com Eduardo, em 07 de Junho de 2006, no Rio de Janeiro. Eduardo é de Buenos Aires, psicanalista e militava nos Montoneros.

Já Carlos sofreu uma tentativa de seqüestro, passou para a clandestinidade e por fim decidiu partir em Dezembro de 1977.⁶ Primeiro para o Uruguai e depois para o Brasil. O destino final seria a Espanha, mas o contato com amigos brasileiros, ex-exilados na Argentina, e a obtenção de trabalho incentivaram sua permanência no país.

Alguns dos nossos entrevistados foram alertados que estavam sendo procurados e que era a hora de deixar o país. Mirtha teve a “visita” das forças de repressão disfarçadas por uma seresta.

Em sua maioria eram muito jovens, alguns sequer haviam saído anteriormente da Argentina para férias ou compromissos profissionais. O que se tornou um obstáculo na medida em que não tinham passaporte e procurar as autoridades responsáveis por sua emissão não era uma opção. Nesse sentido, o Brasil foi uma opção viável pela ausência da cobrança do passaporte, apenas da carteira de identidade, e a facilidade de cruzar a fronteira, por ônibus ou avião, sem muita burocracia, apesar da desconfiança e do medo. Como nos contou Glória, “o problema é que eu só tinha a cédula de identidade. Só poderia então ir para o Paraguai, Uruguai, Chile e Brasil. Então a gente veio para o Brasil porque tínhamos um amigo de infância que vivia no Rio de Janeiro.”⁷

Outro aspecto que favorecia a vinda para o Brasil, apontado pelos entrevistados, foi a dimensão territorial brasileira, que gerava a idéia de que seria mais difícil de ser encontrado. Uma possível sensação de segurança.

No entanto, como apontou Eduardo, não existiam rotas de fugas, mas possibilidades. “Se formavam pontes porque você conhecia alguém que conhecia alguém. Não havia muita avaliação. Eram linhas de fuga. Eram rotas possíveis, não eram destinos.”

Nesse sentido, a existência de um amigo ou de um parente que já vivia no Brasil era visto também como uma esperança num momento difícil como a chegada ao exílio. Muitos traziam apenas um papel com um nome e um telefone de alguém para procurar, outros o contato de quem já havia deixado anteriormente a Argentina e se preocupava em receber os recém-chegados.

“Eu vim para o Brasil porque eu tinha dois papezinhos com telefones de gente daqui. Não foi uma escolha política. Eram telefones de brasileiros. Um amigo veio na frente porque quando

⁶ Entrevista com Carlos, em 30 de Agosto de 2006, no Rio de Janeiro. Carlos é de Buenos Aires, professor e militante do movimento estudantil.

⁷ Entrevista com Gloria, 2 de junio de 2006, Río de Janeiro. Gloria é de Buenos Aires, psicoanalista e militava no MR17.

foram pegá-lo em casa ele deu um jeito de fugir. Esse episódio foi decisivo para a minha vinda. As coisas estavam muito difíceis. Era violentíssimo.”⁸

Outro fator importante nesse momento de chegada era o dinheiro que se trazia da Argentina para a instalação e sobrevivência até se conseguir seguir em frente. Ainda que alguns tenham conseguido vender algum bem, a família tenha ajudado e o capital acumulado tenha rendido mais do que se esperava em função da desvalorização da moeda brasileira na época, a necessidade de se conseguir um trabalho era urgente. Alguns, como Mirtha, gastaram o que tinham ajudando a quem chegava. Afinal, como lembra Eduardo, as pessoas chegavam em condições precárias. Financeiramente comprometidas, emocionalmente destruídas.

Os primeiros argentinos que chegaram ao Brasil logo se transformaram em base para quem foi chegando. Glória, uma das primeiras a chegar, em 1975, relembrou a rede de solidariedade criada.

“Tinha gente pirando. Um havia perdido irmão, outro tinha perdido o pai. O caos morava aqui. Como nós fomos os primeiros a chegar ao Rio de Janeiro, mesmo sem estrutura econômica ou psicológica suficiente, viramos um ponto de referência - eu tinha perdido os meus cursos de Medicina e de Psicologia este no primeiro ano e aquele no quinto. Recebíamos muita gente em casa e conseguíamos trabalho, estudo, casa, atendimento médico, etc. Também nos divertíamos e organizávamos festas, onde cada um levava alguma coisa. Hospedávamos pessoas em casa que não podiam ficar no Brasil por falta de documentos até conseguirem o asilo e partirem para Europa. Algumas pessoas mais velhas e experientes ajudaram muito na organização também. Por exemplo, a psicanalista de crianças Maria Luiza Siquier de Ocampo, a “Pichona” cujo filho - ele era colega e amigo do meu irmão - foi assassinado pelas forças da repressão. Ela era uma pessoa muito forte, e que apesar de terem matado o filho dela, fez da casa dela um centro de referência porque ela tinha contatos internacionais. Além disso, ela tinha sido diretora da Faculdade de Psicologia da Universidade Nacional de Buenos Aires e chegou aqui com grande cartaz, ela era realmente importante. Tinha reuniões na casa dela, desde políticas, até corais, passando por supervisões. Algum tempo depois ela foi para Espanha.”

Carlos recordou que a casa dificilmente ficava vazia. Sempre havia alguém de passagem por um até seis meses.

Os primeiros trabalhos, com exceção dos psicanalistas, que quase imediatamente começaram a atuar na área, eram de tradutor, intérprete, vendedor, etc. As dificuldades eram grandes também para retomar os estudos interrompidos. Sem conseguir colocação nas universidades públicas, os exilados tiveram que arcar com os custos da educação. Com a queda brusca no padrão de vida, uma das conseqüências imediatas do exílio, Ângela concluiu que só foi possível terminar a faculdade de

⁸ Entrevista com Eduardo, op. cit

Arquitetura com a ajuda de uma instituição estrangeira que fornecia ajuda aos estudantes exilados.

A princípio a solução encontrada, e onde podemos perceber também os principais problemas, foi a solidariedade aos que chegavam e a manutenção de laços de amizades, alguns prévios à chegada ao exílio.

A solidariedade também se demonstrava nas festas de final de ano, nos encontros na Praia de Ipanema, nos churrascos na Floresta da Tijuca, nos ensaios para peças nunca encenadas e na formação de corais. As formas encontradas de permanecerem juntos, de sobreviver ao exílio.

No entanto, não se tratava de uma comunidade única, mas dividida em grupos. Para Mirtha, as diferenças eram ainda aguçadas pela militância ou pelas classes sociais.

Carlos recordou que as diferenças sociais eram mais visíveis no caso da grande quantidade de jovens, em sua maioria pobre, com 18 e 19 anos de idade, integrantes da Juventude Peronista. Rapazes e moças que chegavam ao Rio de Janeiro, sem nenhum auxílio e que tiveram que “se virar” para sobreviver. “Eles vendiam cordões na praia, muambas e artesanato em Copacabana; outro grupo morava em Santa Teresa e fazia artesanato em couro”.⁹ Não freqüentavam as reuniões comuns aos grupos e constituíam um grupo a parte.

As principais desavenças diziam respeito justamente à negação de informações sobre os benefícios disponíveis, embora nem todos os desejassem e preferissem arcar sozinho com a vinda para o exílio, evitando o que era visto como uma possível *vitimização*. Existiam também as pessoas que se declaravam dirigentes de organizações para tentar conseguir as coisas mais rapidamente, o que era extremamente mal visto. De qualquer maneira, os benefícios aos quais nos referimos poderiam ser desde uma ajuda mensal para estudantes exilados concluírem a faculdade ou as agências internacionais de auxílio para a obtenção de asilo. O principal patrulhamento era a ausência de laços de solidariedade, comportamento que gerava mágoas e brigas entre os exilados. Como relembram Angela a Glória, respectivamente.

“Havia um policiamento para algumas atitudes ideológicas... uma vigilância. Não era se você gastava dinheiro ou tinha empregada. Acho que a coisa era mais referida à solidariedade. E depois tinha bastante conservadorismo em relação aos relacionamentos amorosos, a necessidade de controlar moralmente a vida dos integrantes do grupo, questões de patrulhamento típicas da vida no gueto.”

⁹ Entrevista com Carlos, op cit

“Alguns ex-militantes pretendiam manter uma estrutura hierárquica de poder como a que existia anteriormente nas organizações políticas. Criaram uma cúpula de argentinos-chefes, eles resolviam certas coisas e faziam reuniões em que nós outros não podíamos participar. Eu fui contra. Porque uma vez no exílio todo mundo estava nas mesmas condições: os que nunca tinham militado, os antigos militantes e os principiantes. Teve muita reunião e muito trabalho para organizar o caos daí advindo Mas nem tudo eram flores. Num determinado momento o grupo botou contra a parede dois casais de exilados que haviam conseguido asilo e um monte de coisas das Nações Unidas, e não comunicaram nada a ninguém. Começaram a viver muito bem, compraram casa, compraram tudo novo, carro e um monte de coisas. Conseguiram um monte de benesses. Bolsas na PUC e nos colégios particulares. E não abriram nada para ninguém. Ficou uma coisa individualista porque até então a gente juntava o pouco que tinha para ajudar um ao outro. Alguns falavam que esses casais tinham ficado com dinheiro de um seqüestro.”

Na avaliação de Mirtha, o exílio mostra o que há de melhor e de pior nas pessoas. Se para ela, o Brasil, os brasileiros, foram o local e o povo que melhor os receberam, essas fraturas internas fizeram com que a “colônia”, na sua avaliação, fosse a pior.

Além da solidariedade de argentinos e brasileiros “comuns” - como, por exemplo, uma indicação para empregos ou auxílio na comunicação com a família que havia ficado na Argentina - podemos observar também o auxílio prestado pelas primeiras ongs, como o IBASE e o MJDH, e por instâncias da Igreja Católica. Nesse último caso, com destaque para: a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, Comissão de Justiça e Paz, o grupo Clamor e as ações individuais dentro da própria Igreja Católica. Contudo, por limitação de espaço centraremos a nossa atenção na ação da Igreja Católica carioca visto que a experiência paulista é mais estudada.

Serbin (2001, 321) chama a nossa atenção para o fato que:

“a maior parte das análises sobre a Igreja brasileira aponta corretamente para a Arquidiocese de São Paulo como líder na luta pelos direitos humanos, mas organizações baseadas no Rio de Janeiro também contribuíram de forma significativa. Três dos mais importantes grupos estavam localizados a poucos quarteirões um do outro no Rio – a sede da CNBB na Villa Venturoza; a Cúria da Arquidiocese do Rio de Janeiro no Palácio São Joaquim, e a CJP-BR, a Comissão Justiça e Paz – Seção Brasileira, sediada no escritório de Candido Mendes na praça XV de Novembro. Por causa do prestígio internacional dessas organizações, o Rio de Janeiro se tornou um tipo de central dos direitos humanos.”

D. Eugenio Sales era o cardeal do Rio de Janeiro, figura chave neste cenário e dividia com D. Paulo Evaristo Arns, de São Paulo, os holofotes da Igreja e também opiniões. Sales sempre foi apontado como conservador e “amigo do regime”. No entanto, D. Eugenio Sales tem uma trajetória contraditória. Trata-se de um homem que se recusou a rezar uma missa em comemoração ao AI-5, mas que proibiu os

dominicanos de rezarem missas pelas mães dos presos políticos porque as celebrações religiosas eram anunciadas nos jornais. Ao mesmo tempo, teve no endereço da Rua da Glória 446 uma ponta de esperança para estrangeiros.

As ações se davam especialmente via Cáritas que, como veremos, chegou a organizar uma escola para as crianças, filhos dos exilados políticos de todas as nacionalidades, como nos relatou Silvia, que chegou a trabalhar como professora dessas crianças e a testemunhar o impacto das rupturas no mundo infantil.¹⁰

A instância carioca atuava especialmente como um local de passagem. Algumas pessoas chegavam a fazer entrevistas, a receber os primeiros auxílios, mas depois caminhavam sozinhas. A maioria, no entanto, contou com a parceria da Cáritas com o ACNUR para sair do país e, enquanto esperavam a resposta positiva de um dos três países que haviam indicado como possível local de destino, para sobreviver.

Os contatos iniciais começaram no Chile através do Monsenhor Baeta e a Cáritas brasileira, mas somente em abril de 1976, quando chegou uma carta do Chile sobre 5 pessoas que necessitavam de auxílio, houve a decisão de criar uma estrutura sistemática de auxílio. E, dois anos após, em 1978, alcançou o auge em 1978. Tal estrutura requereu pensões próximas, aluguel de apartamentos em nome da Cáritas ou da Mitra e uma ligação de D. Eugenio ao ministro Sylvio Frota para comunicar que o auxílio seria prestado e que ele não queria problema.¹¹ Em média, os refugiados ficavam de 03 a 06 meses no Brasil e dentro dessa estrutura.

O dinheiro para as ações inicialmente vinha dos cofres da Mitra. Somente depois o escritório local do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) auxiliava em questões emergenciais.¹² Conforme nos contaram Candido e Lourdes, dois ex-funcionários da Cáritas, foram estabelecidas doações mensais de acordo com o número de pessoas em cada família para a manutenção dos que chegavam ao país até se estabelecerem ou cruzarem mais uma vez as fronteiras.¹³ Era fornecido ainda auxílio jurídico, assistência médica, educacional (inclusive cursos de língua estrangeira) e roupas para ficar no Brasil ou seguir para exílio. Em Igrejas mais próximas, como a de

¹⁰ Entrevista realizada com Silvia, em 16 de agosto de 2007, na cidade de Buenos Aires

¹¹ Entrevista realizada com Cândido Feliciano da Ponte Neto e Lourdes Vieira, em 08 de maio de 2008, na cidade do Rio de Janeiro.

¹² Até a instalação do escritório *ad hoc* do ACNUR era o PNUD que estava respondendo pela questão dos refugiados. Ver: Processo 100877/77 – Caixa 616/05282 – Fundo DSI/Ministério da Justiça – Arquivo Nacional – Rio de Janeiro – Brasil.

¹³ Entrevista realizada com Cândido e Lourdes.

Santa Cecília, em Botafogo, se mantinham atividades educacionais e sociais, como festas de final de ano e aniversários especialmente pensados para as crianças. Nas palavras de Lourdes, assistente social e uma das primeiras funcionárias da Cáritas para esses casos, sempre houve uma preocupação muito grande com as crianças que, em um determinado momento, chegaram quase a 90.

Na Cáritas do Rio de Janeiro havia uma entrevista preliminar feita pela assistente social. Foi criado um arquivo com nomes originais e pseudônimos e a distribuição de números de identificação. Lourdes e Candido relataram um elaborado sistema numérico. Ao contrário de São Paulo, onde vários refugiados acabaram trabalhando na recepção aos que chegavam, no Rio de Janeiro a preocupação com o sigilo foi um pedido da “Coordenadora”, uma comissão formada por representantes dos países. Tratavam-se por pseudônimos e a divulgação do refúgio era feita pelo número recebido ao chegar.

Apesar das boas relações de D. Eugenio com o governo, havia o medo da ação não apenas dos homens da repressão brasileira quanto dos países vizinhos. Contudo, não havia nenhuma intenção de denunciar as ações das forças de repressão dos países vizinhos. Esse era um dos pontos centrais de diferença entre as atuações do Rio e de São Paulo.

Em 06 de agosto de 1979, dez refugiados, entre 2 argentinos, 7 chilenos e 1 uruguaia, invadiram o Consulado da Suécia no Rio de Janeiro. Liderando o grupo estava o argentino que se apresentava como Roberto Marengo, da Frente de Refugiados Latino-americanos. O cônsul da Suécia, Lennart Hennings, chamou o representante do ACNUR, Rolf Jenny, que por sua vez, apelou para D. Eugenio.

Na porta do Consulado, Marengo dava declarações para jornalistas do O Globo: “Estamos lutando pela segurança dos companheiros que correm risco na Argentina.” (O Globo, 02 de março de 2008) A ocupação durou dias, até que foram convencidos por D. Eugenio, que via naquela ação um caminho para colocar tudo a perder, e o que ainda precisava ser feito, a deixar o país rumo ao exílio na Dinamarca. Somente muitos anos depois, o senhor Candido encontrou com Marengo na Cinelândia, Rio de Janeiro, e esse perguntou se o funcionário já sabia que ele não era um refugiado, mas sim que trabalhava em uma organização argentina que queria descobrir como estavam os refugiados no Rio de Janeiro. No entanto, do grupo da ação do Consulado ele era o único infiltrado.

Outra forma de atuação da ditadura argentina foi o envio de agentes para seguir as pessoas que eles acreditavam dar abrigos aos argentinos e o envio de listas de nomes para a Cúria em busca de informações nunca fornecidas. (SERBIN, op. cit, 326)

A experiência do exílio no Brasil, assim como outras experiências de desterro, apresenta a dor, a culpa, a redescoberta e a transformação.

O Brasil funcionou como terra de passagem e “acolha” ainda que em um momento ditatorial. O momento político do país não possibilitou a organização de grupos de denúncia e também de qualquer tipo de militância. Impedidos pelo Estatuto do Estrangeiro, que previa o a expulsão do território nacional, tiveram que buscar outras formas de atuação.

Aos poucos conseguimos identificar as razões que os trouxeram para o Brasil: amigos, não exigência de documentação e maior facilidade para se esconder. A chegada ao país, fraturados e doloridos, encontrou uma solidariedade não esperada e impensada e que nas entrevistas despertam sempre relatos emocionados e de gratidão.

Referências bibliográficas

- Arquidiocese de São Paulo. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis, Vozes, 1987.
- BARRET-DUCROQ, Françoise (dir.). *Por qué recordar ?* Buenos Aires: Granica, 2002.
- BROCATO, Carlos Alberto. *El exilio es el nuestro*. Buenos Aires: Sudamericana/Planeta, 1986
- CALLONI, Stella. *Los años del lobo*. Buenos Aires, Peña Lillo e Continente, 1992
- FERRI, Omar. *Seqüestro no Cone Sul*. Versão eletrônica disponível o site <http://www.derechos.org/nizkor/brazil/libros/ferri/index.html>. (Consultada em Outubro de 2002).
- FESTER, Antonio Carlos Ribeiro. *Justiça e Paz: memórias da Comissão de São Paulo*. São Paulo: Loyola, 2005,
- FICO, Carlos, *Ibase, usina de idéias e cidadania*, Ríó de Janeiro, Garamond, 1999.
- FRANCO, Marina. *Los emigrados políticos argentinos em Francia 1973-1983*. Paris/Buenos Aires: Université Paris 7/Universidad de Buenos Aires, 2006.

- GÓIS, João Bosco Hora. “A solidariedade como um projeto: o aporte teórico de Richard Rorty” in: *Em pauta* (Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ), UERJ, RJ, n. 17, p. 87-103, jan./jun. de 2002.
- GROPPO, Bruno e FUNES, Patrícia (comps). *La imposibilidad del olvido: recorridos de la memoria en Argentina, Chile e Uruguay*. La Plata: Ediciones al Marpeu, 2001
- JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.
- _____. “Memorias en conflicto”. *Puentes* nº 1, Agosto de 2000. p. 6-13
- KONDER, Rodolfo. *Anistia Internacional*. Campinas, Unicamp, 1988
- LIMA, Samarone. *Clamor: a vitória de uma conspiração brasileira*. São Paulo: Objetiva, 2003.
- MARIANO, Nilson César. *Montoneros no Brasil*. Porto Alegre: PUCRS, 2006.
- MIRANDA, Nimário e TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo*. São Paulo, BOITEMPO, 1999.
- MOREIRA, Julia Bertino, “A problemática dos Refugiados na América Latina e no Brasil”, in http://www.usp.br/prolam/downloads/2005_2_3.pdf (Consultado em 01 de maio de 2006)
- PARCERO, Daniel, HELFGOT, Marcelo e DULCE, Diego (orgs). *La Argentina exiliada*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1985.
- QUADRAT, Samantha Viz. “Solidariedade no exílio: os laços entre argentinos e brasileiros”. Trabalho apresentado na IV Jornadas de Historia Reciente – Universidad Nacional de Rosario – Argentina – Maio de 2008.
- _____. “A emergência do tema dos direitos humanos na América Latina”. In: FICO, C., FERREIRA, M. ARAUJO, M e QUADRAT, S. (orgs). *Dictadura e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: FGV, 2008
- _____. “Exiliados argentinos en Brasil. Una situación delicada” In: YANKELEVICH, Pablo y JENSEN, Silvina (orgs). *Exilios. Destinos y experiencias bajo la dictadura militar*. Buenos Aires: Libros El Zorzal, 2007. p. 63-102
- _____. *A repressão sem fronteiras: perseguição e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul*, Niterói, Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal Fluminense, 2005. Tese de doutorado

- _____. *Poder e informação: o sistema de inteligência e o regime militar no Brasil*. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 2000. Dissertação de mestrado
- REIS FILHO, Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e rades*. Rio de Janeiro, Record, 1999.
- RONIGER, Luis e SZNAJDER, Mario. *O legado de violações dos direitos humanos no Cone Sul*. São Paulo, Perspectiva, 2005.
- SÁBATO Ernesto (org). *Nunca Mais*. Porto Alegre, L&PM, 1984.
- SAID, Edward, *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*, São Paulo, Cia das Letras, 2003.
- SERBIN, K. *Diálogos na sombra*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- SYDOW, Evanize e FERRI, Marilda, *Dom Paulo Evaristo Arns: um homem amado e perseguido*, Petrópolis, Vozes, 1999.
- TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo, Globo, 1999.
- VASQUEZ, Ana e ARAUJO, Ana Maria, *Exils latino-américains: la malédiction d'Ulysse*, Paris, L'Harmattan/CEMI, 1988.
- VIÑAR, Marcelo e VIÑAR, Maren. *Exílio e tortura*. São Paulo: Escuta, 1992.
- WESCHELER, Lawrence. *Um milagre, um universo*. São Paulo, Cia das Letras, 1990.
- YANKELEVICH, Pablo e JENSEN, Silvina (orgs). *Exilios. Destinos y experiencias bajo la dictadura militar*. México: Libros El Zorzal, 2007.
- _____. *Represión y destierro: itinerarios del exilio argentino*, Buenos Aires, Al Margen, 2004.